

BB não fará provisão para cobrir as perdas com anistia

BRASÍLIA — O Banco do Brasil (BB) comunicou ontem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não constituirá provisão, no balanço do primeiro semestre de 88, para cobrir possíveis perdas com a aprovação da anistia para a correção monetária dos empréstimos a micro e pequenos empresários e mini, pequeno e médios produtores rurais, aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte. O comunicado do BB informa, também, que tendo em vista as reivindicações dos bancários para o pagamento da URP dos meses de abril e maio, o banco resolveu fazer uma provisão para pagamento da URP no valor estimado em 30 de junho.

O diretor de recursos humanos do BB, Maurício Teixeira da Costa, estimou que o lucro líquido do BB no primeiro semestre atinge Cz\$ 78 bilhões e a provisão para cobertura da URP no mês de julho seria de Cz\$ 31,8 bilhões. A reserva que o BB está fazendo representa, portanto, uma quantia inferior já que se refere ao mês de junho e o pagamento da URP tem efeito cascata sobre os salários.

O Banco do Brasil informou à CVM que suspendeu a provisão para as perdas referentes à anistia da corre-

ção monetária tendo em vista três pontos: os débitos que foram renegociados mesmo atingidos pela anistia, demonstração de que o mutuário dispõe de condições para honrar os seus pagamentos e as limitações do benefício-empréstimo até 5 mil OTN e proprietários com menos de cinco módulos rurais. A nota do BB observa, também, que foi considerada a "possibilidade de a anistia ser suprimida no segundo turno de votação da Constituinte, em decorrência de emendas que foram apresentadas com esse objetivo".

O comunicado do BB não cita o valor da provisão que estava sendo feita para cobrir as perdas com a anistia nem as reservas necessárias para honrar o pagamento da URP aos 130 mil funcionários do banco. O diretor de recursos humanos do BB disse que quanto mais demorar a pagar a URP dos funcionários mais alta ficará a conta. Em agosto serão necessários Cz\$ 52,2 bilhões para regularizar os salários dos bancários que chegarão à data-base (setembro) com uma defasagem salarial de cerca de 120% em relação aos seus próprios salários se a URP tivesse sido paga na data correta (abril e maio).